

A Europa consigo em 2008

Breve perspectiva
do que fez a União Europeia
ao longo deste ano



União Europeia

A Europa consigo em 2008

Breve perspectiva do que fez a União Europeia ao longo deste ano

Numa breve perspectiva, *A Europa consigo em 2008* oferece uma visão rápida de uma realidade mais ampla; um rápido e simples olhar sobre o que a União Europeia fez ao longo do ano de 2008.

Esta perspectiva apresenta exemplos de situações em que a União Europeia faz realmente a diferença na vida dos seus cidadãos e de muitas mais pessoas em todo o mundo. A UE está a trabalhar em políticas e práticas que têm um impacto directo na nossa vida quotidiana, tais como garantir o abastecimento energético da Europa no futuro, melhorar as condições de trabalho e reforçar a segurança dos produtos e a saúde das pessoas.

Em vésperas de eleições para o Parlamento Europeu, em Junho de 2009, o papel da UE terá ainda um maior destaque. Todos nós teremos a oportunidade de decidir como queremos influenciar a Europa. O que realmente conta nas políticas da UE e o que estas oferecem. E a intenção por detrás de toda esta actividade é a mesma: tornar a Europa, e o mundo de que faz parte, um lugar melhor.



Margot Wallström

Margot Wallström é vice-presidente da Comissão Europeia e responsável pela Comunicação e Relações Institucionais. Pode contactá-la visitando o seu blogue pessoal ec.europa.eu/commission_barroso/wallstrom

- **Controlo da utilização de substâncias químicas na Europa**
- **Uma resposta comum à crise financeira**
- **Mais direitos para trabalhadores temporários**
- **Medidas da UE para manter as crianças seguras**
- **Direitos iguais para passageiros com mobilidade reduzida**
- **Uma ajuda à estabilidade e à democracia**
- **Manter a Europa iluminada sem colocar em risco a saúde do planeta**
- **Alimentação saudável mais acessível**
- **A entajuda dos países europeus para enfrentar catástrofes**
- **Maior transparência no financiamento da UE**

Controlo da utilização de

Regras comunitárias rigorosas asseguram que as substâncias químicas utilizadas pelas empresas são seguras para as pessoas e para o ambiente.

O novo sistema rigoroso da UE destinado a assegurar a segurança das substâncias químicas — designado REACH — entra agora em vigor. Este sistema de registo, avaliação, autorização e restrição de substâncias químicas impõe-se à medida que as empresas cumprem a data-limite de 2008 para o pré-registo das substâncias químicas que produzem, importam ou utilizam. Os cidadãos europeus são quem mais beneficia com este sistema, dado que podem ter a certeza de que todas as substâncias químicas em quantidade industrial são completamente controladas na Europa.

O sistema visa proteger as pessoas e o ambiente dos eventuais riscos apresentados pelas substâncias químicas largamente utilizadas na transformação industrial, em materiais de construção ou em artigos quotidianos como tintas, *sprays*, brinquedos, produtos de limpeza ou óleos para motores.

A legislação coloca o ónus nas empresas, que devem demonstrar que os seus produtos são seguros. Em Outubro,



substâncias químicas na Europa

a UE publicou a primeira lista de substâncias químicas perigosas e impôs novas obrigações às empresas que as utilizam. E os consumidores têm o direito de serem informados sobre quaisquer substâncias químicas que suscitem uma elevada preocupação e estão presentes nos produtos que compram.

O sistema lida igualmente com os interesses do sector industrial, aumentando a competitividade da indústria química europeia e facilitando às empresas o conhecimento das substâncias químicas com que trabalham. Uma melhor protecção, por conseguinte, porá

termo a receios infundados sobre a composição química dos produtos.



Os riscos potenciais das substâncias químicas são agora mais bem controlados ao abrigo da legislação comunitária, protegendo as pessoas e o ambiente

Uma resposta comum

A resposta da União Europeia à crise financeira assegura medidas de recuperação mais eficazes e uma maior estabilidade.

A União Europeia desempenhou um papel essencial na resposta comum à crise financeira do Outono e uniu os Estados-Membros em torno de um programa comum. Os governos da UE injectaram mais de 2 triliões de euros no esforço de recuperação. E o facto de o euro ser uma moeda única para a maior parte dos países europeus proporciona um grau de estabilidade que não seria possível de outro modo.



À medida que os mercados financeiros entraram em colapso, a UE promoveu acções comuns para recuperar a estabilidade e estimular o relançamento do crescimento

à crise financeira



O âmbito geral do problema impossibilitou os países de encontrarem soluções individualmente. Foi a UE que efetivamente ajudou a coordenar a resposta, primeiro entre os Estados-Membros e, em seguida, a nível internacional.

Os líderes da UE coordenaram as intervenções, apoiaram os bancos e concederam garantias para operações de empréstimos. A UE também aumentou as garantias nacionais para as contas de poupança das pessoas para um mínimo de 50 000 euros.

Os governos nacionais, o Banco Central Europeu e a Comissão têm trabalhado em conjunto para proteger as poupanças, manter um fluxo de crédito acessível aos particulares e às empresas e instaurar um sistema de governação mais fiável em todo o mundo. Estas medidas visam não só recuperar a estabilidade como também criar as condições para um relançamento do crescimento e da criação de emprego.

Mais direitos para

A legislação da UE confere aos trabalhadores temporários os mesmos direitos dos trabalhadores permanentes.

A UE concordou em proporcionar aos trabalhadores temporários melhores condições de trabalho. As novas regras visam assegurar a igualdade de tratamento entre os trabalhadores temporários contratados através de agências e os trabalhadores permanentes. O acordo confere-lhes as mesmas



Trabalhadores temporários e permanentes usufruem agora de direitos idênticos na UE

trabalhadores temporários

condições fundamentais de trabalho e emprego desde o seu primeiro dia de trabalho, salvo acordo em contrário dos parceiros sociais.

O número de trabalhadores temporários na UE tem vindo a crescer constantemente, representando actualmente cerca de 10% da mão-de-obra — ou mais de 6 milhões de postos de trabalho. Até agora, muitos desses trabalhadores têm recebido salários inferiores ou são prejudicados no seu direito a férias ou na licença de maternidade.

A abordagem da UE defende que todos os trabalhadores devem usufruir de direitos idênticos. A legislação terminará com a discriminação. Os trabalhadores temporários beneficiarão dos mesmos períodos de pausa e de descanso e as mesmas oportunidades de progressão na carreira e representação, bem como acesso igual a cantinas, infra-estruturas de acolhimento de crianças ou serviços de transporte.

O acordo defende a flexibilidade que a indústria necessita e as pretensões dos trabalhadores quanto à conciliação da vida familiar e profissional.



Novas medidas para assegurar que as crianças da Europa estão mais protegidas do perigo.

Em Janeiro, a UE começou a modernizar as suas regras já com 20 anos sobre os brinquedos. Com esta modernização, a UE pretende proibir as substâncias químicas cancerígenas, reduzir os teores de chumbo e mercúrio e obrigar os operadores a facultar informações de segurança.

Os brinquedos com ímanes pequenos devem agora exibir rótulos de advertência obrigatórios. A UE transmitiu igualmente uma firme mensagem de que a segurança deve ser integrada em toda a cadeia de fornecimento do produto como parte da «cultura de qualidade» de uma empresa — uma mensagem dirigida especificamente à China, país de onde são provenientes muitos dos brinquedos. A prática confirma que os brinquedos não são «joguete» quando se trata de segurança.

Outra medida para melhorar a protecção das crianças, em 2008, é a proibição da venda de isqueiros não seguros para

manter as crianças seguras

crianças, de modo a reduzir o risco de lesões acidentais. O número de telefone único à escala europeia para chamadas de emergência, que serve para comunicar o desaparecimento de crianças (11 60 00) entrou também em funcionamento este ano. Este instrumento visa disponibilizar um número único e de fácil memorização que pode ser utilizado em qualquer lugar, a fim de aumentar a rapidez de acção em caso de desaparecimento de uma criança.



As crianças podem brincar com mais segurança, agora que a UE impôs regulamentação mais rigorosa sobre a composição dos brinquedos

Direitos iguais para passageiros

As companhias aéreas e os aeroportos devem disponibilizar aos passageiros com deficiência o acesso ao transporte aéreo em condições idênticas a todos os outros passageiros — e sem custos adicionais.

A partir deste ano, as pessoas com deficiência, os idosos e outras pessoas com mobilidade reduzida têm acesso mais fácil ao transporte aéreo.

Os aeroportos europeus devem facultar serviços para pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida



A UE tornou as viagens aéreas mais fáceis para as pessoas com mobilidade reduzida

com mobilidade reduzida

a partir do momento em que estas entram no aeroporto até à porta de embarque. Também devem estar disponíveis instalações idênticas à chegada. Desde que informadas com antecedência, todas as companhias aéreas que voem a partir de aeroportos comunitários e todas as companhias aéreas comunitárias que voem para fora da UE serão obrigadas a permitir o embarque de passageiros com deficiência nas melhores condições ou acompanhadas de cães-guia, se necessário, sem custos adicionais.

Até Julho último, mais de 25% dos cidadãos europeus não podia usufruir da liberdade de utilizar o transporte aéreo, uma rotina para muitos europeus. Muitas dessas pessoas não podiam percorrer as longas distâncias que existem frequentemente nos aeroportos modernos. As novas regras constituem uma resposta eficaz às necessidades de um grande e, com o envelhecimento demográfico da Europa, cada vez maior sector da população.

Em 2007, a UE pôs termo à recusa das companhias aéreas e dos operadores turísticos de efectuar reservas ou embarcar passageiros com mobilidade reduzida. Agora, a liberdade de viajar é ainda maior.



Uma ajuda à estabilidade

A intervenção da UE ajudou a apoiar a estabilidade e a democracia em vários países do mundo.

A resposta rápida da União Europeia à acção militar da Rússia na Geórgia durante o Verão foi a sua intervenção mais mediática em termos de política externa de 2008. A UE não só ajudou a negociar o termo dos combates, como também enviou ajuda humanitária e missões de observação da paz e disponibilizou um programa de reconstrução. Mas esta foi apenas uma das muitas acções empreendidas fora das fronteiras da UE.

Durante 2008, a UE enviou observadores eleitorais para África, Ásia e América Latina. Os observadores da UE colaboraram com organizações governamentais e não governamentais em Angola, Bangladeche, Butão, Camboja, Equador, Guiné-Bissau, Nepal, Ruanda e Paquistão para avaliar se os processos eleitorais respeitaram as normas internacionais para eleições democráticas.

Ao contrário de outros observadores eleitorais, os observadores da UE permanecem no país durante várias semanas

e à democracia

antes e depois do dia das eleições a fim de avaliar toda a complexidade de uma eleição. Estas avaliações são altamente apreciadas pela sua contribuição para o melhoramento progressivo na realização de eleições. A observação imparcial aumenta a confiança dos eleitores e reduz a margem para a intimidação e a fraude, o que faz com que os eleitores se sintam seguros para participar livremente e os países possam avançar para uma maior estabilidade.



Os observadores da UE desempenham um importante papel na garantia de eleições justas em todo o mundo



Manter a Europa iluminada sem

A política da UE no domínio da energia e das alterações climáticas visa tornar a paisagem energética da Europa sustentável, competitiva e segura, bem como travar as emissões de carbono e as alterações climáticas.

A UE acordou uma política no domínio da energia e das alterações climáticas que equilibra a utilização de energia com o combate às alterações climáticas e define objectivos ambiciosos para um futuro sustentável com uma economia com baixo teor de carbono e com uma elevada eficiência energética.

Até 2020, a UE visa reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, pelo menos, em 20%, poupar 20% no consumo de energia através de uma maior eficiência energética e satisfazer 20% das necessidades energéticas a partir de fontes renováveis.

Ao mesmo tempo, a política incentiva o crescimento económico e a criação de emprego. Os números demonstram que é possível crescer e reduzir as emissões ao mesmo tempo. Por exemplo, na Alemanha, o sector das energias renováveis criou cerca de 250 000 postos de trabalho em 2007, quase o

colocar em risco a saúde do planeta

dobro do número de 2004. A energia solar está a criar emprego rapidamente e existe igualmente um crescimento rápido nos sectores da biomassa, energia eólica e energia geotérmica.

A nova política marítima integrada da UE aponta o caminho. Protege o ambiente marinho e centra-se nos efeitos das alterações climáticas nas zonas costeiras. Incentiva a utilização sustentável dos recursos marinhos e o desenvolvimento de tecnologias inovadoras, desde as instalações *offshore* e a biotecnologia marinha às defesas do litoral contra inundações e à navegação avançada.



© Skyscary/Science Photo Library

Parques eólicos como este ajudam a UE a atingir o objectivo de obter 20% da sua energia de fontes renováveis até 2020



Os programas e a legislação comunitária ajudam os europeus a manter uma alimentação saudável

O programa de distribuição de leite da UE às crianças em idade escolar foi alargado em 2008, permitindo subsidiar escolas primárias e secundárias e que crianças de todas as idades tenham acesso a leite ou outros lacticínios, como iogurtes, queijo e bebidas lácteas sem lactose.

Esta dose diária de cálcio, vitaminas e proteínas constitui um reforço diário em termos de saúde e proporciona igualmente às crianças a possibilidade de provarem uma vasta gama de produtos lácteos saudáveis. Uma vez que os hábitos alimentares a longo prazo são normalmente desenvolvidos desde tenra idade, este passo é decisivo para o combate à obesidade, um problema que afecta 22 milhões de crianças em toda a Europa.

O programa faz parte de uma abordagem comunitária global que incentiva estilos de vida saudáveis através da alimentação, do comportamento do consumidor, do desporto e da educação. A UE presta especial atenção às necessidades dos seus cidadãos, principalmente em matéria de saúde e segurança,

mais acessível

e o ano de 2008 assistiu a um vasto número de iniciativas nesse sentido. Em Janeiro, a Comissão Europeia propôs uma revisão da regulamentação comunitária aplicável à rotulagem dos alimentos, a fim de tornar os rótulos mais claros e pertinentes para as necessidades dos consumidores europeus e permitir que estes façam uma escolha mais cuidadosa da sua alimentação.



O programa alargado de distribuição de leite nas escolas da UE incentiva as crianças de todas as idades a adquirirem hábitos alimentares saudáveis



A entreatada dos países

O mecanismo comunitário de protecção civil significa que os recursos agrupados garantem uma melhor resposta quando ocorre uma catástrofe.

O combate aos incêndios florestais é um dos principais objectivos do desenvolvimento do mecanismo comunitário de protecção civil. Durante o ano de 2008, um projecto-piloto com um orçamento de 3,5 milhões de euros procurou incentivar o combate a este flagelo cada vez mais frequente no Verão. Os países europeus podem apoiar-se mutuamente no que respeita aos recursos necessários quando ocorre uma catástrofe.

Trata-se apenas de um exemplo da crescente cooperação comunitária em matéria de protecção civil. Através de um mecanismo conjunto, os países partilham recursos humanos e equipamento para responderem a catástrofes de origem natural ou humana. Em 2008, a Bulgária e a Grécia receberam ajuda de Espanha, França, Itália e Chipre no combate a incêndios e oito países da UE ajudaram a Roménia a enfrentar as inundações. Em 2007, o mecanismo de protecção civil foi activado 12 vezes em 11 semanas, à medida que deflagravam incêndios no sul da Europa. Outros projectos tratam

europeus para enfrentar catástrofes

de acidentes com substâncias químicas industriais ou do combate à poluição marinha.

A ajuda de emergência é também prestada a países não comunitários, para socorrer vítimas de terremotos na China e no Quirguizistão, de inundações na Bolívia, Equador e Ucrânia, do furacão no Haiti e do ciclone em Mianmar.

A cooperação europeia proporciona um valor acrescentado à protecção das pessoas, dos seus ambientes, propriedades e património cultural. Esta utilização comum de recursos garante um impacto muito maior do que aquele que poderá ser conseguido pelos esforços individuais dos países.



Quando ocorre uma catástrofe, a cooperação comunitária presta agora uma ajuda mais rápida e disponibiliza um conjunto mais alargado de meios



Maior transparência

Os cidadãos beneficiam agora de informações claras sobre a utilização dos fundos comunitários.

A UE lançou um serviço de informações de fácil utilização durante o ano de 2008, para que o público possa perceber claramente como são aplicados os fundos comunitários. A base de dados baseada na *Web* permite pela primeira vez aceder directamente a informações sobre as organizações que beneficiam de fundos comunitários.



© Reporters/Eureka Slide

Os fundos comunitários são, entre outros, utilizados no desenvolvimento de um sistema de transporte mais eficiente do ponto de vista energético

no financiamento da UE

O sistema abrange todos os fundos geridos directamente pela Comissão. Com base em dados das contas da UE, proporciona um resumo do exercício financeiro anterior. Mais de 28 000 entradas fornecem indicações pormenorizadas sobre programas lançados pela Comissão em domínios como a investigação, a educação e a cultura, a energia e os transportes, bem como a ajuda prestada a países não comunitários. A base de dados permite aos utilizadores analisar e comparar informações sobre quem recebe o quê.

O serviço está integrado na campanha da Comissão Europeia para assegurar a transparência e a responsabilização. Ao mesmo tempo, os governos de todos os países da UE concordaram em publicar, nos respectivos sítios *web*, informações sobre os pagamentos que efectuaram ao abrigo das políticas implementadas em nome da UE, tais como a política agrícola e a política de desenvolvimento regional e social, que absorvem mais de 80% do orçamento da União Europeia.





Veja os vídeos mais recentes sobre os temas europeus no EUTube

www.youtube.com/eutube



A União Europeia



 Estados-Membros da União Europeia (2008)
 Países candidatos à adesão

Entre em contacto com a União Europeia



■ EM LINHA



O sítio *web* Europa contém informações em todas as línguas oficiais da União Europeia:
europa.eu

■ PESSOALMENTE



Há centenas de centros de informação sobre a UE espalhados por toda a Europa. Poderá encontrar o endereço do centro mais próximo neste sítio *web*:
europedirect.europa.eu

■ POR TELEFONE OU MAIL



Europe Direct é um serviço que responde a perguntas sobre a União Europeia. Poderá contactar este serviço por telefone, através do número gratuito **00 800 6 7 8 9 10 11** — se estiver fora da UE, através do seguinte número pago: **(32-2) 299 96 96** — ou por correio electrónico via **europedirect.europa.eu**

■ LEIA AS PUBLICAÇÕES SOBRE A EUROPA



Bastará um clique para aceder a publicações sobre a UE no sítio *web* EU Bookshop:
bookshop.europa.eu

Pode ver os vídeos de
«A Europa consigo em 2008» em
ec.europa.eu/snapshot2008

Comissão Europeia
Direcção-Geral da Comunicação
Publicações
B-1049 Bruxelles

Manuscrito concluído em Novembro de 2008
© Comunidades Europeias, 2008
Reprodução autorizada mediante indicação
da fonte.



A Europa consigo em 2008

Breve perspectiva do que fez a União Europeia ao longo deste ano

ec.europa.eu/snapshot2008



NA-30-08-742-PT-C



Serviço das Publicações

Publications.europa.eu

ISBN 978-92-79-10000-0



9 789279 100000